

Recife, PE — 10 de setembro de 2026

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Candidato(a) ao Governo do Estado de Pernambuco
Assunto: Carta de Encaminhamento de Recomendação Setorial Climática

CARTA DE RECOMENDAÇÕES CLIMÁTICAS PARA O ESTADO DE PERNAMBUCO (2027–2030)

Prezado(a) Candidato(a),

O Centro Brasil no Clima (CBC) cumpre o dever institucional e cidadão de apresentar a V. Sa. a Ficha Técnica Setorial Climática do Estado de Pernambuco, integrante da [2ª edição do Anuário Estadual de Mudanças Climáticas 2026](#). O Anuário consolida um diagnóstico rigoroso e independente sobre a governança climática, a trajetória de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e as principais vulnerabilidades socioambientais do território pernambucano.

Diante da intensificação dos eventos climáticos extremos — como as chuvas extremas e os deslizamentos nos morros do Recife e da Região Metropolitana, a elevação do nível do mar com erosão costeira e as secas prolongadas no sertão —, a integração de diretrizes de mitigação e adaptação ao plano de governo para a gestão 2027–2030 ultrapassa a pauta ambiental: trata-se de um imperativo econômico, de infraestrutura e de proteção social.

1. Diagnóstico do Estado de Pernambuco

Eixo Temático	Diagnóstico Pernambucano (Anuário 2026)
Governança e Legislação	Plano estadual de mudanças climáticas e instrumentos de governança relevantes, com inventário atualizado e metas setoriais definidas; persistem desafios de financiamento climático e de aplicação do ZEE no planejamento setorial.
Energia e Mobilidade	Expansão de eólica e solar no interior e polo industrial e portuário intensivo em energia, com destaque para o Complexo de Suape; persistem gargalos no transporte coletivo metropolitano e elevada dependência de combustíveis fósseis no setor de transportes.
Uso do Solo e Biodiversidade	Remanescentes de Mata Atlântica e Caatinga sofrem pressão da agropecuária; persistem desafios de fiscalização, recuperação de nascentes e regularização ambiental.
Adaptação e Riscos	Vulnerabilidades críticas relacionadas a deslizamentos, inundações e erosão costeira, além de secas e insegurança hídrica no semiárido; saneamento e gestão de resíduos sólidos ainda demandam avanços.

2. Recomendações Setoriais Estratégicas para o Governo do Estado (2027–2030)

Com base no mapeamento técnico do Anuário 2026, o Centro Brasil no Clima recomenda ao estado de Pernambuco a adoção das seguintes prioridades setoriais:

A. Fortalecimento da Governança Climática e Financiamento

Estruturar um Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, com fontes de receita e critérios de aplicação para financiar ações de descarbonização e adaptação, vinculando incentivos fiscais a metas de sustentabilidade ambiental, fomentar a transparência e participação social na governança climática por meio da divulgação das decisões no âmbito do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas.

B. Adaptação, Resiliência Urbana e Gestão de Riscos

Implementar o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEAR-PE), consolidando o mapeamento e o monitoramento das áreas de risco e os sistemas de alerta, com adesão municipal e prioridade para Recife e a Região Metropolitana, ampliar o saneamento, a gestão de resíduos sólidos e a drenagem sustentável, priorizar a infraestrutura verde na contenção de encostas e na proteção da orla e enfrentar a escassez hídrica no semiárido por meio da gestão integrada e do reúso da água.

C. Transição Energética, Powershoring e Mobilidade Sustentável

Ampliar a geração renovável associada ao Complexo de Suape e estruturar a oferta de hidrogênio renovável para viabilizar a produção de combustíveis sustentáveis para o transporte marítimo e a aviação, como e-metanol e SAF, convertendo o Porto de Suape na principal plataforma desse segmento na América Latina e estruturando a atuação de Pernambuco no mercado global em torno dessa meta. Apoiar o Fórum de Powershoring — iniciativa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, do Banco do Brasil e do Instituto Clima e Sociedade —, que articula governos, setor produtivo, instituições financeiras, universidades e sociedade civil em uma estratégia regional integrada para mobilizar R\$ 77 bilhões em investimentos entre 2027 e 2030. Unir a localização logística privilegiada, a atração de terminais eletrificados de navegação e a modernização do parque fabril a esses aportes: assim o investimento produtivo descarboniza tanto a indústria local de siderurgia e transformação quanto as rotas de comércio transatlântico que atracam no litoral do estado. Além disso, reduzir a dependência de combustíveis fósseis no transporte rodoviário, expandir o transporte coletivo e avançar na eletrificação da frota do transporte coletivo metropolitano.

D. Proteção da Mata Atlântica, Agroecologia e Convivência com o Semiárido

Acelerar a restauração da Mata Atlântica e da Caatinga, fortalecer a fiscalização e implementar ações de prevenção e controle do desmatamento e das queimadas, incluindo o Manejo Integrado do Fogo. Promover a agroecologia, apoiar práticas de agricultura regenerativa e de convivência com o Semiárido e incentivar a conservação de nascentes e áreas de recarga.

3. Compromisso com a Agenda Climática Pernambucana

Convidamos V. Sa. a incorporar estas diretrizes estratégicas ao seu Programa de Governo definitivo e ao Plano Plurianual (PPA 2028–2031), reafirmando o protagonismo do Estado de Pernambuco no alcance das metas climáticas nacionais e globais.

Permanecemos à disposição para reuniões técnicas e aprofundamento das recomendações apresentadas.

Atenciosamente,

DIREÇÃO EXECUTIVA

Centro Brasil no Clima (CBC)

contato@centrobrasilnoclima.org | www.centrobrasilnoclima.org